



FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

II SEMINÁRIO NACIONAL

Considerações da Plenária Final 30 de maio a 02 de junho - Goiânia/GO (Versão Preliminar)

Tendo como referência o tema deste II Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos: **os desafios e as perspectivas da formação dos educadores de jovens e adultos**, e como objetivo: **refletir e apontar diretrizes acerca da formação de educadores de jovens e adultos no Brasil que vem sendo realizada pelas universidades, pelos movimentos sociais e pelo sistema público de ensino**, apresentamos neste texto as reflexões e proposições debatidas e consensuadas pelos participantes do seminário.

A construção coletiva resultante dos debates dos Grupos de Trabalho, reunidos nos dias 31/05 e 01/06/2007, e da plenária final do dia 02/06/07 será aqui apresentada seguindo duas ênfases: a primeira tratará de reflexões e proposições acerca das diretrizes que devem nortear a formação inicial e continuada dos educadores de jovens e adultos, na perspectiva dos segmentos: universidade, gestores públicos, educadores de jovens e adultos e movimentos sociais e populares. A segunda ênfase tratará de reflexões e proposições acerca da necessidade da reconfiguração do currículo da EJA a partir dos desafios apontados em relação a formação dos educadores de jovens e adultos.

Compreende-se que essa plenária representa um conjunto de compromissos, propostas e desafios que precisam ser enfrentados pelos segmentos em particular, mas, sobretudo, pelo coletivo de pessoas e instituições que atuam na EJA. As proposições aqui elencadas serão norteadoras das discussões futuras nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), no que tange à formação dos educadores representando uma pauta qualificada de luta para a consolidação da Educação de Jovens e Adultos como política pública.

ÊNFASE 1

Diretrizes que devem nortear a formação inicial e continuada dos educadores de jovens e adultos

1.1 Na perspectiva dos professores universitários

Uma discussão necessária no campo da formação de professores, diz respeito aos avanços já conquistados nas concepções curriculares da EJA, e que passam a suscitar reflexões acerca do modo como os currículos dos cursos de Pedagogia e as demais licenciaturas estão organizados (modelos compartimentalizados, disciplinas isoladas, optativas etc).

Como grande parte desses cursos se organiza por concepções disciplinares, há que se assumir criticamente a convivência com a contradição entre esse modo de formação e as referências de EJA que tomam como princípios curriculares: a interdisciplinaridade, a dialogicidade, a diversidade subjetiva – cultura, a transformação do sujeito e suas relações sociais, a centralidade no trabalho como produção social, na escola como objeto de análise/espço de trabalho e efetivação do direito à educação.

Destaca-se ainda a necessidade de se organizar o projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia e demais licenciaturas assumindo a diversidade dos sujeitos da educação – crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos – e as múltiplas identidades desses sujeitos (trabalhadores, pescadores, sem terra, do campo, da cidade, pessoas com necessidades educacionais especiais, etc.). Esta centralidade deve perpassar os cursos como um todo, não se restringindo a disciplinas isoladas ou apenas nos momentos de estágios.

Da mesma forma, cabe a este projeto político-pedagógico reforçar a necessidade da interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a formação do sujeito crítico, que atuará na EJA. Uma reflexão, por exemplo, a respeito do curso de Pedagogia, aponta para a necessidade de ampliação da perspectiva da formação deste educador: envolvendo as áreas de arte, educação física, novas tecnologias, neurociência entre outras, considerando, inclusive que este profissional atua não apenas no ambiente escolar, mas para além dele.

As necessidades identificadas acima encontram, atualmente, as instituições de ensino superior frente a um quadro que se renova, com a entrada de novos professores no Ensino Superior, sendo, nesse processo, fundamental reconhecer que há uma história de conquistas e um acúmulo de conhecimentos no campo da EJA.

Há, todavia uma série de inquietações em relação ao processo de formação de educadores de jovens e adultos: como garantir a parceria na formação no que se refere a recursos públicos para Universidades Públicas? Que mecanismos podem ser construídos para garantir a formação continuada dos professores como direito, e não dependendo da decisão dos gestores locais? Qual é o papel concreto da Universidade: executora das ações de educação básica de EJA ou da formação dos educadores? Como garantir espaço nos fóruns e ENEJA's aos graduandos para discutir as questões da formação para atuar em EJA? Como promover, nos cursos de formação de professores, a divulgação de aspectos positivos de se estar atuando na EJA, para enfrentar as questões de preconceito com essa modalidade?

No campo da pesquisa, destaca-se o desafio de aprofundar e sistematizar as bases que sustentam a EJA, bem como, discutir os métodos de pesquisa que utilizamos em EJA. Esta postura investigativa também foi apontada como necessária, quando as universidades são, por exemplo, chamadas a fazer uma avaliação crítica das políticas implantadas pelo MEC, entre elas, o edital para livro didático de alfabetização, as resoluções do Programa Brasil Alfabetizado, entre outras. A indicação, neste aspecto, é que se faça uma discussão mais ampliada e aprofundada a esse respeito, a fim de orientar os posicionamentos futuros frente a estes desafios.

1.1. 1 Proposições:

- Aproximar os professores universitários que atuam na EJA dos espaços já constituídos onde a discussão da política de formação de educadores acontece (FORGRAD, CRUB, Fórum de extensão, UNDIME, CONSED, FORUMDIR, Fórum Permanente das Licenciaturas, colegiados nas Faculdades) para inserir a discussão da EJA;
- Garantir, na educação profissional, formação continuada para todos os bacharéis que atuam e/ou vão atuar na EJA;
- Criar cursos de Especialização em EJA;
- Pensar em política específica para regiões com maior índice de analfabetismo;
- Discutir as novas tecnologias e o conceito de trabalho/mundo do trabalho (incluindo aí a necessidade de repensar o que isto significa e o que há no horizonte da perspectiva da economia solidária);
- Rever os processos de estabelecimento de parceria: Governo Federal, Estadual e Municipal;
- Ter o Portal do Fórum EJA Brasil (www.forumeja.org.br) como espaço de interlocução e articulação do campo da EJA, contribuindo na formação de educadores de jovens e adultos (disponibilizar as pesquisas - especialização, mestrado, doutorado; criar lista de

discussão para socializar as experiências; divulgar disciplinas/matrizes curriculares; divulgar material produzido, a ex. do livro do I Seminário);

- Buscar financiamento para pesquisa junto a CAPES/CNPq, em parceria com SECAD/SETEC/ANPED, numa perspectiva de constituição de redes de pesquisadores e não pesquisadores individuais, vinculadas a mestrados e doutorados, envolvendo institucionalmente as universidades;
- Enfrentar o desafio da análise de material pedagógico do campo da EJA (pensar para além do livro didático, mapas, dicionários, literatura em geral);
- Enfrentar a discussão da Educação a Distância não só para a formação de professores, mas para a modalidade de EJA;

Encaminhamento: Moderar no portal esta discussão da EAD: Karla (Professora da UFES), João Felipe (Graduando da UNB), Clarice (Graduanda da UFMG) e Cinthia (Graduanda da UFG), ajudando na divulgação de textos com esta temática (Ex. texto da Maria Luíza Angelim/UNB sobre EAD em EJA).

1.2 Na perspectiva dos gestores de sistemas

A questão central hoje para quem está na gestão da EJA, seja no âmbito federal, estadual ou municipal é como ter um quadro fixo e qualificado de profissionais que atuem nesta modalidade. Embora se reconheça a importância das mudanças ocorridas nos últimos anos, a exemplo da criação do DEJA/SECAD no MEC, ou ainda da institucionalização de várias coordenações estaduais e municipais de EJA, ainda é muito frágil a gestão da EJA como política pública. Ainda são inúmeras ações pulverizadas em vários ministérios, que conseqüentemente chegam a estados e municípios descoordenadas com as secretarias de educação. Neste contexto, há muito o que se propor e demandar para a formação de educadores de jovens e adultos no âmbito da gestão em todos os níveis.

A existência por si só dos educadores que atuam na EJA, não é suficiente. Há que se constituir um coletivo de educadores de jovens e adultos permanente/orgânico, buscando a efetividade deste profissional na rede, substituindo educadores com contratos temporários. É necessário repensar critérios de remoção destes profissionais (remanejamento/distribuição de aulas), tomando por referência a formação e a experiência em EJA, enfrentando inclusive as questões corporativas que têm dificultado a compreensão da especificidade do trabalho dos educadores de jovens e adultos. Por fim, os gestores de sistemas destacam a necessidade de valorização dos educadores da EJA, inclusive com salário equiparado às demais modalidades.

1.2.1 Proposições:

- Inserir e fortalecer a EJA na estrutura das Secretarias Municipais e Estaduais, criando equipes que respondam pela modalidade;
- Buscar igualdade de tratamento da EJA em relação às demais modalidades, inclusive no financiamento;
- Fomentar formas curriculares que considerem a especificidade da EJA, em uma organização coletiva;
- Buscar financiamento por parte do governo federal, para a formação de educadores;
- Fomentar os gestores (UNDIME, UNCME, CONSED) para participação nos Fóruns de EJA;
- Ampliar os espaços de formação sobre EJA nas várias instâncias: Conselhos Estaduais e Municipais, UNDIME, UNCME, CONSED;
- Considerar, quanto ao conteúdo da formação de educadores e gestores de EJA: as estratégias teórico-metodológicas que garantam a especificidade da EJA; as diversidades (indígenas, campo, educação especial, juventude, prisional, gênero, raça/etnia dentre outras); a centralidade dos sujeitos educandos e educadores; os dados de evasão e repetência para enfrentamento desse desafio;
- Garantir a continuidade do trabalho para além das gestões de governo, institucionalizando as políticas como sendo de estado;
- Articular governo federal, estadual e municipal no sentido de buscar e utilizar recursos financeiros para a EJA;
- Trabalhar formas de institucionalizar a continuidade de políticas de formação para a EJA garantindo aos educadores: a formação continuada e licença aprimoramento; a formação permanente no horário de trabalho, marcada no calendário escolar e com produção de material específico para EJA;
- Garantir formação específica em EJA para os gestores e formadores, com especial atenção para as coordenações pedagógicas das escolas, como articuladoras da formação permanente;
- Utilizar a produção de material de apoio didático específico em EJA como parte da formação e do fortalecimento da autonomia dos governos em relação ao mercado editorial;
- Articular o processo de formação de educadores de EJA com as universidades e movimentos populares e sociais;
- Divulgar e publicar diferentes experiências de formação em EJA.

1.3 Na perspectiva dos educadores de jovens e adultos da educação básica

O exercício profissional do educador supõe a docência e a ação formadora (coordenação pedagógica e educação continuada) na Jornada de trabalho. A formação de educadores de jovens e adultos requer, portanto, a reflexão contínua da práxis pedagógica, favorecendo assim a constituição do educador-pesquisador. Há que se fortalecer ainda a formação de educadores de jovens e adultos que parta da diversidade de sujeitos, espaços e tempo (ambientes e contextos).

Considerando que a demanda por EJA é gerada na sociedade brasileira, como resultado do seu modelo de desenvolvimento, compreende-se que a EJA e a formação de educadores de jovens e adultos propostas, supõem um processo de mudança na direção de construir uma nova sociedade. O professor, nesse processo, deve ocupar seu espaço político, fazer valer os seus direitos e considerar a formação como ato político, valorizando, assim, também a EJA, para que ela não seja vista na escola como depositária do fracasso escolar, sobretudo nos lugares em que essa modalidade só funciona no noturno. Essa visão se deve, em grande medida, ao fato de que a escola não entende a proposta da EJA.

É necessário refletir sobre o papel da Universidade no tratamento da formação continuada para EJA, para que esse papel não esteja submetido ao interesse mercadológico. É preciso que se discuta - dentro das universidades - a concepção política e as mudanças “técnicas” necessárias (flexibilização de tempo, currículo etc);

1.3.1 Proposições:

- Promover Encontros (nacionais e regionais) para apresentação de trabalhos, socialização e troca de experiências sobre EJA;
- Buscar nos Fóruns Estaduais e Regionais apoio dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, para encaminhar, junto ao Conselho Nacional, proposta de inclusão nos currículos de todos os cursos de licenciatura, da discussão sobre as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, inclusive de construção curricular, reforçando a idéia dessa necessidade;
- Buscar nos Fóruns Estaduais e Regionais apoio das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, para encaminhar as lutas em defesa da inclusão de EJA nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas nos termos das concepções aqui enunciadas;
- Buscar apoio dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, das Pró-Reitorias de Graduação, dos Movimentos Sociais e populares, dentre outros, no sentido de realizar seminários que envolvam a participação de formadores das licenciaturas, estudantes e egressos, para discutir diretrizes norteadoras da formação inicial e o perfil dos educadores

e educandos;

- Discutir junto aos CEFETs a prática pedagógica dos professores do PROEJA, com a participação dos sindicatos, visando superar o tecnicismo e o positivismo ainda hegemônicos das concepções que norteiam essas práticas;
- Garantir a formação continuada, pelo menos em nível de especialização, com cursos específicos, para os professores que atuam na EJA;
- Que as universidades se organizem e discutam de forma mais aprofundada e objetiva os estágios supervisionados realizados na Educação de Jovens e Adultos, de forma a possibilitar o respeito à comunidade escolar e uma formação adequada para o futuro professor;
- Reivindicar a participação de educadores e educandos da EJA garantindo a proporcionalidade nos Fóruns, Seminários e Encontros de EJA, procurando evitar sorteios, seleções e outros mecanismos que causam disputas desnecessárias pelas vagas, dentro dos segmentos;
- Reivindicar junto às Secretarias de Educação, Conselhos e Sindicatos, a garantia de carga horária dentro da jornada de trabalho para a formação dos professores, assegurando o trabalho coletivo; planos de carreira que valorizem os estudos desenvolvidos, coletivamente, na escola, para evolução da carreira;
- Garantir a presença dos educadores em todas as discussões relativas à Educação de Jovens e Adultos, tanto as de caráter político quanto as de caráter pedagógico, em todos os espaços em que a Universidade estiver presente, entendendo que várias dessas discussões acabam interferindo na formação;
- Contemplar, nos momentos de formação e momentos coletivos, as questões de gênero;
- Viabilizar a formação dos educadores da EJA nas formas de especialização, mestrado e doutorado, com socialização de experiências significativas;
- Oferecer formação específica a educadores da EJA, que atendam educandos com necessidades especiais;
- Formar comitês paritários compostos por professores, educandos universitários e educadores de EJA, para discutir e construir as disciplinas relativas à Educação de Jovens e Adultos;
- Ancorar na práxis (*teoria e prática imbricadas*) a formação continuada dos professores de EJA;
- Valorizar os saberes dos educadores, viabilizando espaços e meios para publicação de textos produzidos por eles;
- Dar ênfase, nas pesquisas de pós-graduação e graduação, para a pesquisa-ação e outras formas similares de intervenção e transformação social, que contribuam para a

superação dos problemas identificados na escola;

- Que as Universidades viabilizem pesquisas e discussões sobre a permanência e evasão dos educandos na EJA e de outras questões emergenciais;
- Viabilizar diálogo maior entre as áreas das ciências consideradas “exatas” e “humanas”, tendo como suporte principal a pesquisa-ação;
- Apoiar e utilizar os fóruns como espaços para reivindicar junto aos gestores a viabilidade da formação dos educadores e educandos de EJA;
- Utilizar o Portal do Fórum como espaço de formação, a partir, por exemplo, da socialização de experiências e produção de educadores e educandos de EJA;
- Assumir na formação inicial e continuada a discussão crítica dos mecanismos de financiamento da educação quanto à: evolução histórica dos percentuais do PIB, em processo decrescente; compreensão das metodologias de cálculo (dos gastos totais) e os ocultamentos que essas metodologias produzem, negando/reduzindo os investimentos na educação brasileira e, conseqüentemente, na EJA; oferta de política pública a jovens e adultos privados de liberdade sob a tutela do Estado, inserindo-a nas redes de educação, para que se constitua o direito constitucional devido a todos os cidadãos e os financiamentos próprios; ao cumprimento pelo Estado do dever da oferta, instituindo nas redes educacionais a chamada pública para os sujeitos de EJA.

1.4 Na perspectiva dos movimentos sociais e populares que atuam na formação de jovens e adultos

1.4.1 Proposições:

- Espaço na universidade para formação inicial e continuada ampliada aos movimentos sociais e populares;
- Gestão democrática para atender demandas de formação com os movimentos sociais e populares, bem como aproveitar canais que a universidade tem com projetos de formação de educadores;
- Discussão nas universidades de currículo que contemple as especificidades da EJA;
- Discussão na Universidade e nos demais espaços sobre a questão da diversidade quanto aos sujeitos da EJA.

ÊNFASE 2

Necessidade de reconfiguração do currículo da EJA a partir dos eixos temáticos: sujeitos da EJA; mundo do trabalho; educação em presídios; questões de gênero, etnia e orientação sexual; educação popular e povos do campo.

2.1 Currículo e sujeitos da EJA

Para atender a diversidade dos sujeitos da EJA é indispensável que a escola se constitua em espaço de escuta e debate, é preciso transformá-la em espaço de debate público. Quando se faz da escola um espaço de conversação, novas possibilidades se abrem, trazendo, por exemplo, o debate cultural e as reflexões sobre a sociedade de consumo. A escola aberta à diversidade cultural, numa perspectiva republicana e multicultural.

A heterogeneidade dos sujeitos da EJA precisa ser enfrentada. Para isso há dois caminhos possíveis, a intergeracionalidade buscando interesses comuns e a educação juvenil. Faz-se necessário, nesta perspectiva, repensar a formação do educador, inclusive aprofundando as questões dos sujeitos jovens e idosos.

No campo do currículo, pensando currículos flexíveis, faz-se necessário discutir as avaliações padronizadas. Os sistemas de avaliação precisam estar coerentes com os princípios da EJA.

2.1.1 Proposições:

- Discutir a questão da idade em EJA, desnaturalizando a presença do adolescente na modalidade, tomando como referência o documento indicativo dessa temática para as audiências do CNE no processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA.
- Garantir formação inicial e continuada que subsidie o educador a dialogar com os jovens;
- Garantir a flexibilidade do trabalho pedagógico, desconstruindo os espaços e tempos rígidos na escola;
- Garantir financiamento para a formação continuada de educadores de EJA.

2.2 Currículo e mundo do trabalho

A reflexão sobre o currículo da EJA e o mundo do trabalho foi orientada a partir das seguintes questões: qual é a concepção de trabalho e de mundo do trabalho presente nos principais documentos de política pública da EJA? Como organizar o currículo da EJA a partir das dimensões concretas (da totalidade) da experiência do trabalho? Dada a

especificidade da EJA, como têm atuado as IES na formação inicial de profissionais que atuarão nesta área, nos orientando pela perspectiva da totalidade? Considerando as possibilidades e necessidades da formação em serviço, e da formação em equipe, pensando ainda na perspectiva da totalidade, quais as condições existentes e necessárias de tempos e espaços nas escolas e como as redes públicas municipais e estaduais tem atuado na formação continuada dos profissionais que atuam na EJA? O que dizem, a partir de sua própria perspectiva e experiência, os alunos e egressos da EJA sobre os impactos para a sua inserção, permanência e mobilidade no mundo do trabalho?

2.2.1 Proposições:

- Resgatar as experiências históricas que envolvem a politecnia e a escola unitária gramsciana e sua inserção no mundo do trabalho;
- Inserir o trabalho com projetos na formação inicial dos educadores de EJA na expectativa da construção de uma educação emancipatória;
- Construir instâncias coletivas, com espaços incorporados na carga horária de trabalho dos profissionais da educação, para garantir estudos, discussões e planejamentos, com o objetivo de estabelecer no currículo da EJA a vinculação ao mundo do trabalho;
- Construir a proposta de EJA com os movimentos sociais e populares nas instituições de educação;
- Explicitar os princípios que norteiam a proposta da EJA;
- Apreender a totalidade concreta exige superar a banalização do que é entendido como disciplina, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. É preciso radicalizar a disciplina, ir à raiz, para buscar o sentido emancipatório;
- Estabelecer nos grupos do PROEJA estudos que evidenciem conceitos-chave como trabalho, tempo e cultura, entre outros;
- Discutir os métodos de pesquisa em educação;
- Entender totalidade como busca, unidade do diverso, para ampliar as relações;
- Recuperar e aprofundar estudos sobre o trabalho e o mundo do trabalho nos currículos das disciplinas de EJA;
- Sistematizar experiências curriculares que conseguiram materializar a discussão do trabalho numa concepção emancipatória.

2.3 Currículo e educação no sistema prisional

Desde 1988, a Constituição Brasileira assumiu o direito à educação para todos como dever do Estado. Face a este preceito constitucional, não feita prática para todos os brasileiros, não se pode, no caso de homens e mulheres privados de liberdade, mantê-los sob a tutela do Estado, sem garantir a todos a escolarização/educação básica durante o tempo de condenação, pela responsabilidade jurídica que o não-atendimento impõe ao Estado brasileiro pela ação da cidadania.

2.3.1 Proposições:

- Associar a redução da pena ao currículo adotado no presídio;
- Garantir no currículo discussões e leituras sobre a prisão, na ótica dos especialistas e dos internos penitenciários, bem como expressões culturais em suas diversas modalidades;
- Investir em bibliotecas nos presídios;
- Garantir formação inicial e continuada, integrada, para os diferentes profissionais que atuam nos presídios;
- Publicar as produções elaboradas por todos que constituem a comunidade dos presídios, mesmo que não sejam alunos da EJA;
- Estimular pesquisas sobre o sistema prisional;
- Estimular o uso da literatura como prática escolar das ações educativas, como possibilidade de expressão da sensibilidade dos educandos;
- Garantir a EJA nos presídios como política e não como projetos passageiros;
- Elaborar para o sistema prisional plano curricular flexível e específico, rompendo com a lógica fragmentada dos currículos, construído pela equipe escolar em processo de formação continuada;
- Valorizar a formação feita nos presídios, identificando nela a contribuição para a socialização e inclusão dos educandos;
- Efetivar as diretrizes do I Seminário Nacional de Educação Prisional;
- Exigir da SETEC a definição de um PROEJA específico para educandos do sistema prisional.

2.4 Currículo e as Questões de Gênero, etnia e orientação sexual.

As questões de gênero, etnia e orientação sexual são compreendidas como construções sociais e culturais e como tais deverão ser tratadas. Há dificuldade na abordagem dessas questões, face ao pouco ou nenhum conhecimento ou mesmo resistência dos professores e professoras para tratar as questões, o que resulta em

silenciamento. No entanto, o que se reconhece é que o silenciamento ocorre de uma parte, por desconhecer e de outra por razões contextuais. É necessário que o Currículo parta das situações concretas de vida dos sujeitos da educação e sejam assumidos como conteúdos da educação.

2.4.1 Proposições:

- Socializar no Portal dos Fóruns as produções sobre as questões de gênero, etnia e orientação sexual;
- Produzir material que contribua para superar representações, caricaturas, dos grupos étnico-raciais, gênero e orientação sexual;
- Desenvolver o diálogo com grupos e movimentos sociais e populares que trabalham com essas questões;
- Realizar seminários periódicos mediados pela Universidade (Pró-reitoria graduação, extensão e fóruns de licenciaturas) com EJA e movimentos sociais, envolvendo professores e alunos de EJA;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre os temas em questão;
- Desenvolver processo de formação inicial e continuada que contemple as questões em pauta.

2.5 Currículo e Educação Popular

A reconfiguração do currículo precisa dar-se fora das grades e matrizes e sim a partir de princípios. Os princípios da Educação Popular são referência para a formação inicial (Universidades), formação continuada de profissionais de educação, para os sistemas de ensino e para a própria educação popular. Destes princípios cabe aqui destacar: dialogicidade – perguntas mais que respostas; trabalho como produção social da vida; perspectiva de totalidade; alteridade – reconhecimento das diferenças; respeito às especificidades/singularidades dos sujeitos da EJA (educadores, educandos) suas histórias como ponto de partida; fazer 'com' os sujeitos e não 'para' eles; emancipação /construção da autonomia cidadã.

O currículo ressignificado tem como finalidade a construção de uma sociedade fraterna, igualitária e democrática.

2.5.1 Proposições:

- Ampliar a divulgação do Portal dos Fóruns de EJA para a publicação/divulgação das dissertações sobre a EJA, tomando-o como instrumento político na socialização das produções (textos, teses, dissertações monografias etc);

- Reafirmar que se trata de **educação e não ensino de jovens e adultos**;
- Retirar o documento: Proposta Pedagógica para o 1º Segmento que está no portal do MEC (Elaborado no período FHC) e refazê-los a partir dos princípios da educação popular;
- Reconhecer a historicidade da educação popular, nos movimentos populares anteriores a Paulo Freire, a partir dele e em vários sistemas de ensino;
- Buscar no diálogo com a Universidade que esta fale "com" o Movimento Popular e não "para ele";
- Garantir compromisso da Universidade em dar retorno das pesquisas feitas no movimento popular ou comunidade.

2.6 Currículo e as questões dos povos do campo

Na realidade dos povos do campo, a cultura e o trabalho são observados como princípios educativos que reafirmam a identidade desses povos e dos próprios projetos educativos colados à realidade camponesa. Portanto, a educação deve ser vinculada a outros espaços - atividades educativas, contemplando o diálogo e a reflexão das diversidades existentes, tais como: as questões étnico-raciais, de gênero, produção, trabalho, relações de poder, etc.

Na reconfiguração do currículo da EJA é fundamental o diálogo com o movimento de agro-ecologia; a produção de literatura alternativa que valorize a história e a cultura camponesa; a celebração e o festejo da cultura dos povos do campo (elevação da auto-estima). Por outro lado, é também necessário que as escolas urbanas contemplem em seus currículos as questões relativas ao campo, não mais de forma pejorativa.

2.6.1 Proposições:

- Trazer e reconhecer as contribuições das iniciativas pedagógicas das organizações sociais do campo;
- Assumir a prática da pesquisa como estratégia educativa e como princípio fundante do processo pedagógico;
- Desencadear processos formativos que contribuam também para a reflexão sobre os modos de produção agrícolas existentes e para o aprendizado e afirmação de um novo modelo de produção (agro-ecológico), pautado por uma matriz científica e tecnológica comprometida com a segurança alimentar e com a sustentabilidade ecológica e planetária;
- Garantir que o calendário das escolas de EJA do campo seja diferenciado conforme assegurado na LDB;

- Considerar as diversas experiências significativas já concretizadas para a elaboração de diretrizes curriculares da EJA do campo;
- Divulgar, reconhecer e avaliar a pedagogia da alternância, bem como a Ecopedagogia;
- Conhecer valores históricos, artísticos e culturais dos sujeitos da EJA no campo;
- Desenvolver metodologias apropriadas que a partir do conhecimento da realidade da comunidade possam partir da prática para entender os conteúdos, e que os conteúdos possam voltar à prática e ao cotidiano para melhor qualificá-lo;
- Buscar formação específica para o educador da EJA do campo para que se garanta profissionais comprometidos com o campo;
- Apoiar a iniciativa do governo federal de criação das licenciaturas específicas para os educadores de campo e solicitar a ampliação do oferecimento desses cursos para todos os estados;
- Estimular no projeto pedagógico dos cursos de formação de professores a discussão sobre as questões dos povos do campo;
- Buscar na história da EJA e da educação popular subsídios para contribuir na minimização dos desafios da educação do campo, dentro da complexidade e conflitos do campo brasileiro;
- Garantir financiamento para propostas pedagógicas comprometidas com a educação do campo.

Observação: Esta versão preliminar será submetida à revisão, antes da publicação do livro do II Seminário de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, que conterá todos os textos apresentados, bem como as questões debatidas após as mesas redondas.

**Profª Maria Margarida Machado
Pela Coordenação Geral do II Seminário**